

Globalização¹

Maria da Conceição Tavares²

No momento em que as atenções da mídia e do mundo político estão precoce e predominantemente voltadas para o vaivém da reeleição, o país sofre mais uma ofensiva dos interesses internacionais imbricados no processo de globalização. Processo cuja discussão, no nosso caso, está marcada por omissões, falsificações e confusões, algumas delas estimuladas, inclusive, pelas mais altas autoridades da República, como o fez o próprio presidente em recente entrevista a uma revista de circulação nacional. Dada a importância desta matéria, em cujo debate esta Casa deveria ter um papel fundamental, quero compartilhar com os nobres colegas algumas reflexões e preocupações.

Antes de mais nada, é preciso não confundir o atual processo de desregulação e financeirização mundial com a transnacionalização produtiva que vem ocorrendo há mais de cem anos no mundo. A primeira onda acompanhou a divisão internacional do trabalho proposta pela Inglaterra e depois pela concorrência interestatal das grandes potências. A segunda foi promovida pela concorrência das grandes empresas multinacionais sob comando das empresas multinacionais americanas e, em particular, no pós-guerra. A globalização financeira é um fenômeno mais recente ocasionado pelas políticas de desregulamentação cambial e financeira impostas pelas políticas neoliberais emanadas das autoridades econômicas norte-americanas. Não se trata de um processo espontâneo ou “natural” do “deus mercado”, nem de uma divisão internacional do trabalho estável que leve a uma “territorialização hierarquizada” do investimento direto. O fenômeno da “financeirização global” teve origem em um conjunto de políticas deliberadas dos Estados Unidos, que – a partir da forte reversão da liquidez internacional em sua direção, iniciada em fins de 1979 como resultado da “diplomacia do dólar” – obrigaram o restante do mundo capitalista a liberalizar os fluxos internacionais de capital (a chamada desregulação financeira). A integração ou globalização dos mercados cambiais e financeiros resultante, induziu por

¹ Discurso proferido em 24 de setembro de 1997.

² Professora Titular da UNICAMP (aposentada)/Professora Emérita da UFRJ (aposentada)/Eleita Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores/RJ, para a 50ª Legislatura, no período 1995/99.

toda parte a adoção de políticas deflacionistas e inibidoras do crescimento, desorganizou parte da divisão regional do trabalho e da grande indústria, aumentando prodigiosamente os fluxos de capital financeiro “desterritorializados”.

A ruptura do sistema de Bretton Woods foi o passo prévio que possibilitou essa mobilidade do capital financeiro. O papel financeiro do dólar como moeda “virtual” de referência internacional (sem paridade fixa) e a crescente dívida pública norte-americana, como lastro de segurança dos mercados financeiros e monetários mundiais, são as molas mestras do novo “sistema” desregulado. Pressupõem a movimentação irrestrita dos capitais pelas praças do mundo, com uma “coordenação” dos riscos maiores de ruptura feita informalmente pela ação conjunta dos principais bancos centrais, capitaneados pelo *Fed* americano. Organizações como o FMI têm um papel cada vez mais secundário no gerenciamento ou sequer no monitoramento das finanças internacionais globais, são apenas instrumentos de enquadramento político-ideológico das políticas neoliberais. Os Estados Unidos não têm demonstrado qualquer interesse em abrir mão dos seus ganhos de arbitragem e do seu poder de *seigniorage* para arquitetar democraticamente uma nova ordem mundial, que está se tornando cada vez mais “unipolar”.

Para o crescimento da economia dos Estados Unidos, que promoveram e seguem estimulando o movimento de globalização, não há dúvida de que esta tem sido enormemente benéfica. Já para a maioria dos países da Europa e da América Latina, por exemplo, a globalização financeira não tem sido benéfica, nem em termos econômicos nacionais nem em termos sociais. A sobrevalorização das suas moedas em relação ao dólar só fez diminuir suas vantagens competitivas e de crescimento em favor da economia americana e de alguns países asiáticos – que, além de serem os que apresentaram maior poder de comando do Estado sobre a economia, mantêm as moedas mais “desvalorizadas” do mundo, a começar pela China, um dos maiores espaços de expansão contemporâneos. Os efeitos sobre a distribuição de renda, o mercado de trabalho e as políticas sociais, para a maioria das populações do mundo, são francamente negativos como reconhecem os últimos relatórios da OIT, da OCDE e das Nações Unidas.

O Brasil está inserido de forma subordinada neste novo quadro mundial, desde que no começo da década de 90 começou um processo de liberalização financeira e comercial e de desregulamentação cambial. Fomos

um dos últimos países a entrar na “ciranda financeira global”. O Brasil, como país continental e relativamente industrializado, em princípio teria condições de posicionar-se perante o quadro da globalização segundo critérios relativamente autônomos, como fizeram a Índia e a China. Aparentemente optou por uma adesão pura e simples aos ditames do capital financeiro externo com o objetivo de promover uma estabilização monetária interna “milagrosa” da noite para o dia. O resultado é que somos hoje prisioneiros do câmbio e dos juros, e mais dependentes das oscilações dos mercados internacionais do que qualquer país menor de economia aberta – com o detalhe de que, ao contrário dos países mais avançados de moeda historicamente conversível, não temos a mesma capacidade de resposta comercial ou financeira, ou a mesma influência nos foros internacionais.

O propósito último de todas as ações “liberalizantes” do governo brasileiro tem sido o de garantir, a qualquer custo, o ingresso de capitais externos, sem os quais a sua política econômica colapsaria sobre si mesma. Essa dependência tem levado, porém, a que o perfil do investimento externo no Brasil seja francamente degenerado, pouco contribuindo para o tão alardeado aumento da produtividade no país. Atualmente, este investimento resume-se fundamentalmente às seguintes aplicações: portfólio (ações, títulos, etc.) que vem em busca dos ganhos de arbitragem propiciados por uma taxa de juros muitíssimo acima da internacional; negócios bancados em grande parte pelo dinheiro público, como no caso dos enormes incentivos fiscais concedidos às empresas automobilísticas; ou, ainda, na simples transferência da propriedade de patrimônio público ou de empresas brasileiras em dificuldades – inclusive bancos, como no caso do Bamerindus.

Naturalmente, o ambiente econômico destrutivo, criado pelos juros escorchantes e pelo câmbio sobrevalorizado, levou à estagnação ou à falência um número crescente de empresas agrícolas, industriais e mesmo de serviços, afetando diretamente a capacidade de se gerarem empregos no país. Em vez de combater o problema com políticas específicas para a geração de novos empregos e de indução do crescimento econômico, a “resposta” do governo consiste em propor a supressão de direitos trabalhistas e o incentivo ao subemprego por meio da chamada “flexibilização” do mercado de trabalho.

O mercado de trabalho brasileiro, por sua informalidade e desigualização da escala salarial é, na verdade, um dos mais “flexíveis” do mundo, certamente mais do que o americano e mais ainda do que dos demais países desenvolvidos ou em desenvolvimento na Ásia, como demonstram

estudos recentes. O que precisamos, portanto, não é promover o subemprego e suprimir direitos trabalhistas tão duramente conquistados. O governo deve, sim, cumprir sua responsabilidade perante o grande número de trabalhadores urbanos desempregados, por exemplo, aplicando melhor os fundos de poupança forçada dos trabalhadores que se conta por dezenas e dezenas de bilhões de reais e promovendo uma política de reforma agrária e de desenvolvimento agrícola direcionada ativamente à geração de renda e de empregos que “inclua” os trabalhadores rurais deslocados da agricultura. Não é possível acreditar que uma política de terra arrasada – que leva a que as empresas fechem e demitam em catadupas – acabará resultando num “Admirável Mundo Novo” em que, magicamente, todos seremos “produtivos” e estaremos empregados. O que é preciso, desde logo, é uma política de retomada do crescimento sustentável de longo prazo, com reestruturação produtiva geradora (e não destruidora) de emprego e, de imediato, políticas compensatórias sociais e de emprego.

Isto nos leva a duas questões centrais: os espaços de autonomia para a formulação de políticas nacionais de desenvolvimento e o papel do Estado dentro deste marco de globalização crescente. Se mantivermos em mente que ao falar de globalização estamos falando de um conjunto de políticas que traduzem a iniciativa de uma potência dominante, os Estados Unidos, para exercer um papel hegemônico em relação a seus parceiros e competidores, não há como evitar a conclusão de que o avanço da globalização vem implicando uma perda relativa de autonomia dos diversos Estados nacionais em favor do Estado hegemônico. Isto não deve ser correlacionado, como o fazem algumas análises superficiais, com um suposto ocaso do Estado-nação como tal. Pelo contrário, toda a lógica do movimento de globalização tem, desde a sua origem, um caráter de concorrência predatória e de especulação patrimonialista, que só pode ser contida e regulada por alguma forma de intervenção dos Estados nacionais. É precisamente de acordo com as possibilidades distintas de inserção externa não subordinada e capacitação econômica e social peculiares a cada país, que os Estados nacionais podem tentar, com maior ou menor grau de sucesso, um novo tipo de proteção pública e uma nova restauração da seguridade social que garanta a defesa dos interesses de seus cidadãos. Na medida em que a preponderância política e econômica de uma “ordem unipolar” se faz sempre acompanhar da difusão da cultura da nação dominante – hoje aguçada pela existência de meios globais de comunicação de massas – a preservação da cultura e identidade

nacionais é um dos terrenos onde a necessidade de atuação dos Estados modernos têm sido mais enfatizada em todos os foros nacionais e internacionais, através do resguardo, da independência e da democratização das suas agências de educação, de imprensa e de difusão cultural, que independentemente da “propriedade” tem de ser consideradas de gestão pública.

Não se trata, evidentemente, de “barrar a globalização” mas de resistir à desnacionalização e à bancarrota diminuindo a dependência externa crescente a que vimos nos entregando. Não é do meu conhecimento que qualquer país civilizado deixe de tentar proteger os seus setores mais fracos e deixe de ter regras explícitas para a entrada de investimentos e de bancos estrangeiros. Agora, no Brasil, a prática comum tem sido proteger os “setores mais fortes” (grandes empresas, bancos e construtoras) e não os mais fracos e ceder às condições, por vezes draconianas, do capital estrangeiro. Por mais que o presidente da República não goste de invocar a “vontade política”, não vejo que outra vontade, como representante da nação, possa invocar para fazer face ao momento econômico e social atual e às forças desatadas da globalização.

A ação do Estado brasileiro não se pode limitar a estabelecer “normas”, embora na atual situação de “privatização” sem modelo, sem regras e muitas vezes sem ética, isso já fosse um avanço. Dado o desmantelamento a que foram conduzidos a maioria dos serviços públicos, a infra-estrutura básica e parte dos setores produtivos, nunca foram mais necessárias do que agora a regeneração dos aparelhos de intervenção do Estado e a escolha clara de um conjunto de objetivos de longo prazo que possam guiar as prioridades e as políticas econômica e social do país.

É bom ter presente que, como o demonstram o último relatório das Nações Unidas e alguns relatórios do próprio Banco Mundial e do FMI, a razão que motivou os programas de privatização pelo mundo afora não foi tornar o Estado enxuto e redirecionado para a área social. A transferência de ativos e empresas públicas para o controle privado – embora respaldada pela ideologia neoliberal – foi na verdade propiciada pelo “mundo de negócios” no intuito de favorecer este ou aquele lobby empresarial e a concentração monopolista da riqueza, sobretudo a financeira. A correlação automática entre gastos sociais e privatização simplesmente não existe. Basta ver-se o exemplo da Inglaterra, que foi a pioneira das privatizações em larga escala, iniciadas há 15 anos, e que desde então reduziu o leque de benefícios de seu

sistema previdenciário, piorou a distribuição de água e de energia para a população mais pobre e recentemente – em pleno governo trabalhista – cortou drasticamente as verbas para o ensino universitário. Para prosperarem, os investimentos públicos em educação e saúde dependem em última instância de um compromisso político dos governantes priorizando as necessidades sociais do povo. Soluções técnicas quanto à forma, financiamento e distribuição desses investimentos há muitas, mas sem o compromisso político de uma gestão verdadeiramente pública e democrática de nada valem.

Para aqueles países (entre eles o Brasil) que adotaram o receituário neoliberal para garantir uma suposta melhor inserção internacional (no nosso caso não verificada), não há dúvida de que a implementação de políticas inibidoras do crescimento, associadas ao desmantelamento de setores produtivos sob o argumento de que são “pouco competitivos”, também tem contribuído para a marginalização social crescente de contingentes humanos gigantescos. A baboseira liberal sobre os ganhos de produtividade que adviriam desse verdadeiro desmonte econômico e social parece desconhecer que a velha teoria das vantagens comparativas (sempre desmentida para os países periféricos) tem implícito o pleno emprego – o que não é o nosso caso, nem o da grande maioria dos países – e que, em qualquer hipótese, não garante o equilíbrio do balanço de pagamentos, que permanece como uma pedra atada ao pescoço das economias nacionais. Não custa lembrar que, nos setores-chave de sua economia (no que se pode chamar de “economia de comando e controle”), os Estados Unidos aprenderam a lição do keynesianismo na década de 30 e não pararam de aplicá-la até hoje. Não creio, também, que alguém acredite que a China esteja a fiar-se na mão invisível ou nas “forças impessoais do mercado” de que fala o nosso presidente para garantir sua estrondosa expansão econômica.

As pressões desencadeadas pelos interesses imperiais e econômico-financeiros que comandam o processo de globalização voltaram a manifestar-se com crescente intensidade nas últimas semanas, explicitando-se em várias instâncias internacionais e pronunciamentos oficiais de seus porta-vozes.

Chama a atenção, neste sentido, a insistência da maioria dos analistas norte-americanos e mais recentemente do próprio FMI em afirmar que o Brasil é a “bola da vez” no mercado internacional para sofrer um ataque especulativo. De fato, o Brasil tem um desempenho externo nitidamente insustentável a prazo mais largo. Não creio, porém, que se possam tirar daí

conclusões automáticas sobre um possível ataque especulativo contra o real. A verdade é que, ao contrário do que reza a mitologia sobre o assunto, tais ataques não são motivados diretamente pelo estado dos chamados “fundamentos” econômicos de cada país, mas tendem a ser guiados primordialmente pela possibilidade concreta de os agentes financeiros (externos e internos) auferirem lucros pela especulação contra a moeda. Essa possibilidade, por seu turno, depende tanto de fatores estruturais como de fatores conjunturais ligados à capacidade de defender uma dada moeda. O grau de fragilidade do sistema bancário e a excessiva liberalização do movimento de capitais especulativos podem impedir uma política monetária restritiva ou mesmo movimentos mais bruscos da taxa de juros para fazer frente à especulação, como ocorreu recentemente no sudoeste da Ásia. Não há indícios concretos de que o Brasil esteja às portas de um ataque dessa natureza a menos, é claro, que ele se submeta às regras de liberalização radical do movimento de capitais que o FMI acaba de propor na reunião em curso em Hong Kong. Entretanto o encilhamento crescente das finanças públicas, o grau de dependência dos capitais internacionais em que se colocou o país e a fragilidade extrema de nossas contas externas, tornam o país estruturalmente vulnerável a quaisquer movimentos de maior expressão nos mercados financeiros mundiais, que podem ocorrer de uma hora para outra, sem aviso.

É curioso que o FMI errou todas as previsões, do México e dos Tigres Asiáticos, considerando-os como “exemplos” a serem seguidos pelas demais “economias emergentes”. Uma das maneiras que teria de verificar rapidamente sua previsão pessimista sobre o Brasil seria se este cumprisse ao pé da letra a recomendação esposada pelo secretário de Tesouro americano e pelo diretor-executivo do Instituto de Finanças Internacionais, um dos mais poderosos lobbies dos bancos internacionais. Somado ao rolo compressor em favor da abertura dos serviços na OMC e à discussão sobre o acordo multilateral de investimentos em curso na OCDE, o Brasil encontra-se, no momento, sob pressão violenta para se submeter, de verdade, totalmente, às determinações “liberalizantes” do capital financeiro internacional.

Aliás, sobre este acordo de investimento, para cuja adoção não existe uma necessidade mecânica ou funcional, o que há é o interesse dos Estados Unidos em alargar as bases de sua preponderância financeira internacional, o que, como disse antes, tem na absoluta desregulação dos mercados a garantia das molas mestras de seu arranjo hegemônico, do lado econômico. O Acordo

Multilateral de Investimentos (MAI) tem, como escopo, restringir em definitivo, a capacidade dos governos nacionais de regularem os movimentos de capitais externos, aí incluídos não apenas o investimento direto produtivo, como também o capital turista das aplicações em portfólio (ações, títulos, etc.). Nesse sentido seria um grau a mais de subordinação de nossa gestão econômica aos ditames dos mercados internacionais – especialmente se não houver como garantir uma ressalva que permita limitar a remessa de divisas em caso de desequilíbrio fundamental do balanço de pagamentos. A vulnerabilidade estrutural de nossas contas externas certamente aumentaria. Assim, nas atuais condições, não seria aconselhável que o país adira a um acordo, sobre cuja formulação não teria, além do mais, qualquer influência direta, visto que está sendo discutido e na prática negociado no âmbito da OCDE, de que não fazemos parte. No entanto convém advertir sobre a necessária mudança de rumo da nossa política econômica, pois, caso o cenário internacional venha a alterar-se de modo que diminua a atual facilidade de obtenção de capitais externos para fechar nossas contas, pode-se entrever uma conjuntura em que o Brasil venha a ser forçado a assinar o MAI, e perder mais um grau de soberania.

Por último, para não deixar fios soltos, colocou-se também sob fogo o acordo sub-regional do Mercosul, que, sem dúvida, tem sido um fator de dinamização econômica para a América do Sul. Entre 1991 e 1995, a taxa de crescimento anual das exportações entre os países do bloco foi de cerca de 30% – enquanto as exportações desses mesmos países para o resto do mundo cresceram em torno de 8% e as exportações mundiais aumentaram 9% ao ano, no mesmo período. As importações intra-Mercosul também cresceram mais rapidamente que as oriundas de países de fora do bloco. Daí a insistência americana, prontamente rechaçada pelos membros do grupo, no esvaziamento do Mercosul em prol da Alca – verbalizada com rudeza pela representante comercial Charlene Barshelisky, que declarou textualmente que “o Mercosul é inconveniente para os interesses comerciais e políticos dos Estados Unidos” – e na adoção de medidas que garantam o deslocamento da competição que o Brasil representa para os produtos americanos na região. Os termos propostos para a Alca são leoninos e altamente prejudiciais ao Brasil, do que aliás já se deu conta o próprio Itamaraty, que lhe vem opondo resistência a cada passo.

Nas duas outras áreas de confronto – as imposições do FMI para a liberalização dos fluxos de capital e as pressões para a assinatura do MAI –, a

posição do Brasil, até agora, também tem sido a de resistir a novas concessões que debilitem ainda mais nossa já difícil situação de dependência e vulnerabilidade externa.

Em todas estas frentes, para além das divergências de concepção estratégica e programática e sem abrir mão de nosso posicionamento crítico em relação ao atual modelo econômico, apoiamos os pronunciamentos contestadores das autoridades governamentais, que envolvem questões de interesse nacional e, portanto, de caráter suprapartidário. Esperamos, contudo, que esta resistência não venha a ser fragilizada pela tentação de facilitar o caminho para a obtenção de cargos executivos em organismos multilaterais que, em última instância, atuam como vetores de legitimação das estratégias institucionais da potência hegemônica e dos interesses econômicos e financeiros que presidem o processo de globalização.